O NOVO NA LITURGIA NO LIVRO DO DEUTERONÔMIO

Pode a centralização da liturgia ser nova e libertadora?

Pedro Kramer*

Resumo

O estudo da liturgia no livro do Deuteronômio tem duas partes. A primeira descreve as causas da centralização do calendário litúrgico no templo de Jerusalém. E a segunda destaca os elementos novos, criados pelos liturgistas deuteronômicos, por causa da centralização da oferenda dos sacrifícios, das festas e comemorações no santuário central de Jerusalém. O ponto alto destas ações litúrgicas são as refeições comunitárias dos israelitas diante de Javé. Ninguém pode ser excluído ou marginalizado. Elas transformam a sociedade israelita na família de Javé e no seu povo santo. Elas promovem a fraternidade entre eles. Por isso, não pode mais existir nela empobrecidos e excluídos.

Palavras-chave: Liturgia. Centralização. Sacrifício. Celebrações. Romaria. Refeições comunitárias.

Abstract

The study on Liturgy in the book of Deuteronomy has two parts. The first describes the causes of the centralization of the Liturgic Calendar on the central sanctuary of Jerusalem. The second part focuses the new elements, created by the deuteronomic liturgists, caused by the centralization of the offering of the sacrifices, of the feasts and commemorations on the Temple of Jerusalem. The highlight of those liturgical actions are the community meals of the Israelites in the presence of Yahweh. Nobody can be excluded. They change the society of the Israel into Yahweh's family and into his holy

* Doutor em Teologia, na área do Antigo Testamento, com a tese doutoral: "Origem e legislação do Deuteronômio. Programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos", no Instituto Ecumênico de Pós-graduação, São Leopoldo, RS. Professor de Antigo Testamento e História de Israel na Fapas - Faculdade Palotina, Santa Maria, RS.

people. They promote the fraternity among them. That's why poor and excluded people cannot exist anymore.

Keywords: *Liturgy. Centralization. Sacrifice. Celebration. Pilgrimage. Communitary meals.*

INTRODUÇÃO

O estudo do tema do novo na liturgia no livro do Deuteronômio vai ser antecipado pela abordagem sintética de algumas questões introdutórias a respeito deste livro. O nome 'Deuteronômio' é formado por duas palavras gregas: *deuterós*, 'posterior, segundo' e *nómos*, 'lei'. O substantivo 'Deuteronômio', portanto, significa a 'segunda lei', ou melhor, uma cópia da lei ou o segundo exemplar da mesma lei (Dt 17,18).

O livro do Deuteronômio foi estilizado como um conjunto de quatro discursos de Moisés, proferidos aos israelitas em Moab, antes da sua morte. Assim ele se encontra atualmente em nossas Bíblias. O primeiro se encontra em Dt 1,1-4,43; o segundo estende-se de Dt 4,44 até 28,68; o terceiro vai de Dt 28,69 até 32,52. E o último contém as bênçãos de Moisés em Dt 33,1-29. Em Dt 34 descreve-se a morte de Moisés no monte Nebo. O conteúdo do Deuteronômio é alternado por relatos históricos, textos exortativos e pelo Código Deuteronômico, isto é, pelo decálogo em Dt 5,6-21, pelas suas leis complementares em Dt 12-26 e pela lista de bênçãos e maldições em Dt 28. O processo de gestação e de formação do Deuteronômio durou mais de trezentos anos. Suas partes mais antigas se originaram no final do século VIII aC, durante o governo do rei Ezequias (725-696 aC). Ele foi ampliado durante o reinado de Josias (640-609 aC) e serviu de Constituição do povo de Israel durante mais de um decênio. Ele recebeu vários acréscimos, na época posterior ao exílio dos israelitas na Babilônia, até receber a forma atual nas nossas Bíblias¹.

Este estudo visa destacar os elementos novos da liturgia no livro do Deuteronômio. Estes se originaram por causa da centralização do culto israelita no templo de Javé em Jerusalém. Em vista disso, a primeira parte apresenta as causas que levaram os liturgistas deuteronômicos a centralizar toda a liturgia, isto é, a oferenda dos sacrifícios, as festas e comemorações no santuário central em Jerusalém. A segunda parte destaca os elementos novos, criados pelos liturgistas deuteronômicos, por causa da centralização de todo o calendário litúrgico no templo de Javé em Jerusalém.

1. KRAMER, Pedro. "Céu como bronze e terra como ferro" (Dt 28,23). *Ecologia no Livro do Deuteronômio*. *Estudos Bíblicos*, n. 118, Abr./Jun., 2013, p. 183-194, especialmente p. 184-188. BRAULIK, Georg. "Das Buch Deuteronomium". Em: Erich Zenger et al. (Orgs.). *Einleitung in das Alte Testament*. 8. ed. Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 2012, p. 163-188.

1. CAUSAS DA CENTRALIZAÇÃO DA LITURGIA NO TEMPLO DE JERUSALÉM

Quando se ouve falar em centralização da liturgia e, ainda mais, em sua centralização num santuário determinado como o templo de Jerusalém, começa-se certamente logo a pensar em culto, ditado de cima para baixo, por uma autoridade determinada ou em sua uniformização. Ou imagina-se, talvez, a proibição da liturgia local ou regional que valoriza as experiências de vida das pessoas e dos grupos diversificados. E, além disso, pode-se ainda perguntar se a liturgia, centrada num único lugar, tem chance de sobreviver? Não estaria tal tipo de culto condenado à esterilidade, à pura repetição de ritos, a um folclore cultural vazio de conteúdo religioso? Mas, por outro lado, será que toda e qualquer liturgia centralizada é sempre negativa? Será que não pode haver uma liturgia centralizada que valoriza, acolhe e defende as experiências vivas e as tradições variadas de um povo ou de uma nação inteira? A estas ponderações e a estes questionamentos quer-se dar uma resposta através da compreensão do culto presente no livro do Deuteronômio.

a) A centralização de todo o culto a Deus no livro do Deuteronômio tem várias razões. Uma delas remonta à época do rei Ezequias de Judá (725-697 aC)². Um enfoque de sua política era o fato de que, mais cedo ou mais tarde, o exército assírio faria uma excursão militar para o oeste do antigo Oriente Médio a fim de anexar o território do Reino de Judá ao Império Assírio, obrigando seus habitantes a pagar altos tributos e a viver submetidos a sua política econômica, social, religiosa e cultural. Um enfrentamento em campo aberto do pequeno exército israelita com o poderio militar dos assírios seria desastroso para os interesses do diminuto Reino do Sul. Em vista disso, para proteger a população israelita dos povoados, o rei Ezequias mandou fortificar com muros algumas cidades, nas quais, então, os israelitas poderiam se proteger diante da invasão do exército assírio.

Por melhor que fosse essa estratégia política de Ezequias, pois ela visava proteger a população israelita diante de um eventual ataque militar dos assírios, ela não evitou uma série de problemas para a população rural israelita. Ela gerou rupturas profundas com a vida das famílias e dos clãs arraigados à propriedade agrícola e ao culto dos seus antepassados. Para favorecer e legitimar esse êxodo rural e esse processo de concentração da população rural, em certos centros urbanos do Reino de Judá, centraliza-se também a liturgia no templo de Jerusalém, com a provável concomitante destruição de santuários da região interiorana, como o altar de chifres em Tel Xeba e a remodelação do santuário de Javé em Tel Arad.

2. KRAMER, Pedro. *Origem e Legislação do Deuteronômio*. Programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 17-20.

A política estratégica do rei Ezequias de concentrar e proteger a população rural israelita em certas cidades muradas do Reino de Judá parece corresponder à verdade histórica dos fatos, porque a informação bíblica em 2Rs 18,13 encontra-se também nos Anais do rei assírio Senaquerib (704-681 aC): *Senaquerib, rei da Assíria, subiu contra todas as cidades fortificadas de Judá e apoderou-se delas*. E o testemunho em 2Rs 18,4.22 parece corresponder às descobertas arqueológicas em Tel Arad e em Tel Xeba: *É em Iahweh, nosso Deus, que pomos nossa confiança, mas não foi dele que Ezequias destruiu os lugares altos e os altares, dizendo ao povo de Judá e de Jerusalém: 'Só diante deste altar em Jerusalém é que deveis vos prostrar'?* (2Rs 18,22). Estas afirmações só podem ser bem situadas historicamente no final do século VIII aC.

No livro das Crônicas, que é bastante recente, há uma informação interessante. Será que ela remonta ao tempo do rei Ezequias? Nela se ressalta que, no tempo do rei Ezequias, a festa dos Pães Ázimos foi centralizada em Jerusalém e aí ela foi celebrada: *Um povo numeroso reuniu-se em Jerusalém para celebrar no segundo mês a festa dos Ázimos* (2Cr 30,13).

Esta última informação bíblica corresponde muito bem com os dados em 2Rs 18,13-16 que descrevem a conquista de todas as cidades fortificadas de Judá. Este texto, como já foi dito acima, se encontra também nos Anais do rei assírio Senaquerib. Nestes há, além disso, outra informação interessante. Esta relata que Senaquerib, além de conquistar quarenta e seis cidades de Judá, deixou Ezequias em Jerusalém como um 'pássaro na gaiola'. Isto quer dizer que o único espaço de autonomia e de liberdade do rei Ezequias era a Cidade-Estado de Jerusalém. O rei assírio achava inicialmente que seria fácil apoderar-se também da capital. Mas, como nos informa 2Rs 19,35-37, ele teve que levantar o acampamento e retornar para Nínive, sem ocupar a capital israelita. O motivo dessa retirada inesperada foi talvez o medo que surgisse um rei rival e que ele lhe usurpasse seu poder. Isto aconteceu no ano de 701 aC.

O profeta Isaías, que criticou várias vezes a política ambivalente desse rei israelita, não só o descreve como 'pássaro na gaiola', mas afirma que *Jerusalém foi deixada só como choça em vinha, como telheiro em pepinal, como cidade sitiada* (Is 1,7-9). Nesta situação confinante é evidente que, não só a comemoração dos Pães Ázimos foi centralizada no templo de Jerusalém, mas todas as coisas, isto é, a economia, a política, o culto e a cultura. Somente aí se podia transitar com relativa liberdade.

Esta é a hora da origem e do surgimento do Deuteronômio. No momento em que as leis do assim chamado "decálogo cultural" em Ex 34,10-26 e do Código da Aliança em Ex 21-23 bem como a lei do altar em Ex 20,22-24 foram centralizadas única e exclusivamente no templo de Jerusalém, pode-se falar, pela primeira vez, da existência do Deuteronômio. Como, para os israelitas, sobrou apenas a Cidade-Estado de Jerusalém como espaço de autonomia e de liberdade, é óbvio

que agora tudo converge para esta capital e dela decorrem todas as orientações para a vida dos israelitas na região interiorana dos Reinos do Norte e do Sul.

Esta é igualmente a hora do nascimento da “fórmula de centralização”: *O lugar que Iahweh, vosso (teu) Deus, escolheu para aí colocar o seu nome*. Ela se encontra repetida em quatorze leis no livro do Deuteronômio. Estas centralizam seu conteúdo em Jerusalém: Dt 12,4-7.8-12.13-19.20-28; 14,22-27; 15,19-23; 16,1-8.9-12.13-15.16-17; 17,8-13; 18,1-8; 26,1-11; 31,10-13. Estas leis de centralização, espalhadas por todo o livro do Deuteronômio, ou seja, 2x7 leis, – o número sete é número de plenitude e de totalidade, assim há duas plenitudes de leis – podem ser facilmente identificadas, porque nelas aparece vinte e uma vezes, isto é, 3x7, novamente várias plenitudes, a assim chamada ‘fórmula de centralização’ com mais ou menos o mesmo teor³. Nem todas as perícopes que contêm a ‘fórmula de centralização’ têm a mesma origem histórica. Há, no entanto, algumas, como Dt 12,13-19, que foram redigidas no século VIII aC.

A tese, portanto, que data a origem do Deuteronômio durante o reinado de Ezequias, é interessante e muito provável devido ao pano de fundo histórico que a situação da Assíria e a política nacional do rei Ezequias fornecem. A situação histórica, no final do século VIII aC, com a redução do Reino de Judá ao território da Cidade-Estado de Jerusalém, favoreceu a centralização de tudo, especialmente do calendário litúrgico, no templo de Jerusalém. Assim se poderia criar um centro simbólico de unidade dentro de uma situação caótica de desmantelamento de várias instituições na sociedade israelita.

O Deuteronômio original do tempo do rei Ezequias, no final do século VIII aC, se compunha provavelmente apenas de leis litúrgicas, provindas de Ex 34,10-26, e de algumas leis ético-sociais, extraídas de Ex 21-23. Ele possivelmente iniciava com a profissão de fé em Dt 6,4-5. Sua conclusão continha uma série de bênçãos e maldições em Dt 28. Apesar do seu tamanho reduzido, ele era a Torá, isto é, a base da vida dos israelitas e a orientação fundamental do governo do rei Ezequias.

b) Esse Deuteronômio original, no entanto, caiu no esquecimento e foi deixado de lado durante o governo dos reis de Judá, Manassés (696-642 aC) e do seu filho e sucessor, Amon (642-640 aC). Algumas ações do rei Manassés, descritas no Segundo livro dos Reis, sintetizam muito bem sua política de submissão aos assírios em todos os sentidos e, por conseguinte, de rompimento com Javé. O Deuteronômio original sumiu dentro do templo de Jerusalém: *Manassés edificou altares para todo o exército do céu nos dois pátios do Templo de Iahweh. Fez passar seu filho pelo fogo [...]. Ele derramou também sangue inocente em quantidade tão grande, que inundou Jerusalém de um lado a outro (2Rs 21,5-6.16).*

3. KRAMER, 2006, p. 62-63.

O rei Manassés participou, com mais de vinte reis vassallos, da solene celebração no santuário central de Nínive, na qual eles prometeram ao rei assírio Asaradon (680-669 aC), em 672/1, fidelidade única e amor exclusivo, acompanhado de juramento. O exegeta G. Braulik ainda acrescenta que o rei Manassés, com seus vinte colegas e reis vassallos, usou no juramento da fidelidade única e do amor exclusivo ao rei assírio o seguinte formulário: “Se vós não amardes Asaradon, vosso senhor, como a vossa própria vida, com todo o coração, com toda a alma e com toda a força”. Este texto do tratado de vassalagem tinha ainda a seguinte ameaça: “Se vós [...] fizerdes um juramento como uma proclamação apenas com os lábios e não com todo o vosso coração”⁴. Não há necessidade de muita fantasia para imaginar que o redator de Dt 6,4 copiou literalmente o texto do formulário de tratado do amor incondicional e da fidelidade única e exclusiva dos reis vassallos ao grão-rei assírio, substituindo apenas o nome do rei assírio Asaradon pelo de Javé.

Nestas celebrações solenes de juramento do texto de tratado entre os reis vassallos e o rei assírio entregava-se também o tributo imposto pelo rei assírio. É desconhecida a quantia de tributos que o rei Manassés devia pagar ao rei assírio. O rei Ezequias, no entanto, devia pagar ao rei Senaquerib a ‘bagatela’ de *trezentos talentos de prata e trinta de ouro* (2Rs 18,14). Destes dados pode-se ter uma ideia a respeito de quanto, mais ou menos, o rei Manassés pagava de tributo aos assírios. Levando-se em conta que um talento equivale aproximadamente a 34kg, então, disto resulta como tributo a ser pago: 10.200kg de prata e 1.020kg de ouro. O texto original no cilindro de Taylor, col. III, 34ss., no entanto, contém outros números referentes ao tributo que Ezequias devia pagar: “30 talentos de ouro, 800 talentos de prata e muitas preciosidades”⁵.

c) Outra causa que legitimou a centralização, especialmente, da liturgia no templo de Jerusalém, aconteceu durante o governo do rei de Judá, Josias (640-609 aC)⁶. Este era filho e sucessor do rei Amon que fora assassinado, sendo vítima de uma conspiração palaciana. Os assassinos do rei foram mortos por um grupo de agricultores do Reino do Sul, chamado de ‘povo da terra’. Estes entronizaram Josias, com apenas oito anos de idade (2Rs 21,19-26). É evidente que esse grupo de agricultores queria governar por conta própria, durante os anos de minoridade de Josias, assessorado por peritos em política, em religião e em leis. É o retorno à política nacional israelita e, principalmente, a conversão ao Deus Javé. Esta

4. BRAULIK, Georg. “Die Liebe zwischen Gott und Israel. Zur theologischen Mitte des Buches Deuteronomium”. *IKaZ* 41, 2012, p. 549-564, p. 551.

5. DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. V. 2. Petrópolis: Vozes ; São Leopoldo: Sinodal, 1997, p. 373, nota 42.

6. KRAMER, 2006, p. 20-32.

tomada de decisão significa o rompimento do atrelamento à política de submissão aos assírios e aos seus deuses bem como a opção única e exclusiva por Javé.

Esta mudança de atitude dos israelitas em relação à Assíria, no entanto, só foi possível porque a política do rei Assurbanipal (669-630 aC) já dava sinais claros de decadência. Este vácuo de poder internacional proporcionou ao rei Josias, no ano de 626 aC, a realização de uma profunda reforma e a renovação de todos os setores da vida dos israelitas em Jerusalém e no Reino de Judá. Ele iniciou sua reforma purificando o templo de toda a influência idolátrica (2Rs 22,1-7), tolerada ou talvez até incentivada pelos reis Manassés e Amon, durante o longo período de dominação assíria.

Os trabalhos de reforma no templo, no entanto, trouxeram à tona o “Livro da Lei”. O sumo sacerdote Helcias comunicou ao secretário do rei Josias, Safã, apenas o seguinte: *Achei o Livro da Lei no templo de Iahweh* (2Rs 22,8). Este livro foi lido por Safã que, depois, o leu também para o rei Josias. Seu conteúdo devia tê-lo impressionado profundamente: *Ao ouvir as palavras contidas no Livro da Lei, o rei rasgou as vestes* (2Rs 22,11). E não só isso. Ele imediatamente ordenou aos seus melhores e mais diretos servidores para que fossem levar o “Livro da Lei” para a profetisa Hulda, a fim de que ela desse seu parecer a respeito do conteúdo deste Livro. Ela comprovou a veracidade e a legitimidade do seu conteúdo (2Rs 22,12-20).

Este “Livro da Lei”, encontrado no templo de Jerusalém, é identificado pelos biblistas com o Deuteronômio original, composto no tempo do rei Ezequias, no final do século VIII aC.

Em base a este Deuteronômio original com, certamente, alguns acréscimos, o rei Josias convocou toda a população israelita para o templo de Jerusalém, a fim de renovar a fidelidade única e o amor exclusivo a Javé, o legítimo e verdadeiro Deus do povo de Israel. O redator do texto em 2Rs 23,1-2 está preocupado em não esquecer ninguém porque todos os israelitas devem renovar a sua aliança com Javé. O Deuteronômio original, chamado de “Livro da Lei” em 2Rs 22, é agora designado de “Livro da Aliança” (2Rs 23,3).

E, por incrível que pareça, o mesmo formulário, usado por Manassés do Reino de Judá para prometer e jurar fidelidade única e amor exclusivo e incondicional ao rei assírio e aos deuses do panteão assírio, é agora utilizado pelos israelitas e pelo rei Josias para renovar a aliança única, exclusiva e incondicional com Javé: *O rei estava de pé sobre o estrado e concluiu diante de Iahweh a Aliança que o obrigava seguir Iahweh e a guardar seus mandamentos, seus testemunhos e seus estatutos de todo o seu coração e de toda a sua alma, para pôr em prática as cláusulas da Aliança escrita neste livro. Todo o povo aderiu à Aliança* (2Rs 23,3).

Esta renovação da aliança, baseada no texto do Deuteronômio original, é a mais nítida declaração da independência dos israelitas da Assíria, em nível econômico, social, político, religioso e cultural. É o grito de liberdade da dominação

e exploração dos assírios durante mais de cem anos. Esta declaração da independência foi explicitada através da celebração da Páscoa israelita. Esta celebração sempre recorda a libertação original dos hebreus da escravidão egípcia. A sua comemoração agora festeja a libertação dos israelitas da escravidão dos assírios. Essa declaração da independência da Assíria com a celebração da páscoa libertadora em Jerusalém tem uma data bem precisa: *Foi somente no décimo oitavo ano do rei Josias que semelhante Páscoa foi celebrada em honra de Iahweh em Jerusalém* (2Rs 23,23). Esta data corresponde ao ano de 622 aC do reinado de Josias.

À renovação da aliança e à celebração da páscoa libertadora segue uma verdadeira reforma religiosa, acabando com os ritos, os templos e os agentes idolátricos no Reino de Judá (2Rs 23,4-20,24). Esta reforma do rei Josias está muito bem testemunhada e sintetizada em 2Rs 23,25: *Não houve antes dele rei algum que se tivesse voltado como ele, para Iahweh, de todo o seu coração, de toda a sua alma e com toda a sua força, em toda a fidelidade à Lei de Moisés; nem depois dele houve algum que se lhe pudesse comparar*. Este testemunho faz do rei Josias um israelita e rei exemplar.

As razões aludidas acima mostraram que podiam surgir situações na história de um povo em que a liturgia centralizada, num só templo e numa única cidade, não precisava ser necessária e automaticamente negativa. No caso do povo de Israel, no tempo do rei Ezequias, a centralização da liturgia era a única possibilidade de autonomia e liberdade que lhe restava. É evidente que, por outro lado, a centralização da liturgia, num só templo e apenas em uma única cidade, podia provocar rupturas com os santuários locais e regionais. Mas, este mesmo fator negativo podia se tornar fonte de criação de uma novidade radical no culto do povo de Israel. E o novo que a liturgia deuteronômica criou é a romaria, a peregrinação e a caminhada dos israelitas para o templo de Jerusalém e seu jeito novo de celebrá-la diante de Javé. De agora em diante, todos os sacrifícios, toda a oferta dos primogênitos e dos dízimos bem como todas as festas, celebrações e comemorações só poderão ser realizados no lugar escolhido por Javé. Esta novidade litúrgica, provocada pela centralização do culto no templo de Jerusalém, vai ser desenvolvida e apresentada no item a seguir.

2. O NOVO NA LITURGIA DEUTERONÔMICA

É evidente que a centralização de todo o culto em Jerusalém provocou muitas mudanças e rupturas profundas na vida do povo de Israel. Estas, no entanto, não só tiveram consequências negativas. Aliás, muitas delas se tornaram até muito positivas, graças à criatividade dos liturgistas deuteronômicos. Estas serão destacadas nos passos seguintes.

2.1 A ROMARIA PARA O TEMPLO DE JERUSALÉM

A centralização de todo o culto israelita, no lugar escolhido por Javé, que é concretamente o templo de Jerusalém, provocou a criação de um novo ritual litúrgico: a romaria⁷. Após ter descrito as razões que levaram as autoridades israelitas a centralizar toda a liturgia no templo de Jerusalém, procura-se agora compreender e descrever esta realidade nova na vida dos israelitas.

A romaria dos israelitas para Jerusalém mudou, para muitos deles, o eixo de suas vidas, em vários sentidos. Este eixo mudou radicalmente de direção. Enquanto que, no tempo dos reis Manassés e Amon, a romaria dirigia-se para a central dos assírios, que era a capital Nínive, para onde os tributos, como sinal de submissão e de dependência, eram levados, agora os dízimos e o material dos sacrifícios e das oferendas são conduzidos para a central dos israelitas, a capital Jerusalém. Enquanto que dos reis assírios de Nínive vinham as ordens, a dominação da língua e da religião, agora as orientações básicas para a vida dos israelitas têm sua fonte no Deus Javé. Em síntese, a rota humilhante, deprimente e sufocante para Nínive mudou radicalmente. Agora, com a centralização do culto no lugar escolhido por Javé, é para seu templo que são levados os dízimos anuais, os primogênitos machos dos animais e as primícias dos produtos da terra prometida, todo o material para os sacrifícios e as oferendas. E, além disso, é neste santuário central que as celebrações, as festas e as comemorações são realizadas. Portanto, um conteúdo renovado e um ritual cultural novo, em linguagem e estrutura do tratado de vassalagem com juramento de fidelidade, começaram a existir através dos liturgistas deuteronomícos. Que criatividade teológico-litúrgica dos redatores das leis litúrgicas do Deuterônômio!

O novo ritual litúrgico, como a romaria para o *lugar que Iahweh vosso Deus houver escolhido, dentre todas as tribos, para aí colocar o seu nome e aí fazê-lo habitar* (Dt 12,5), criado pelos redatores deuteronomícos, encontra-se, para o exegeta N. Lohfink, nas quatorze leis de centralização no livro do Deuterônômio: 12,4-7.8-12.13-19.20-28; 14,22-27; 15,19-23; 16,1-8.9-12.13-15.16-17; 17,8-13; 18,1-8; 26,1-11; 31,10-13; estas leis de centralização podem ser facilmente identificadas, pois nelas aparece vinte e uma vezes a chamada “fórmula de centralização”, com pequenas variações. Nesta série de leis, ele descobre uma espécie de esquema que ele passa a chamar de “esquema de romaria”⁸. Este es-

7. KRAMER, 2006, p. 61-66.

8. LOHFINK, Norbert. “Opferzentralisation, Saekularisierungsthese und mimetische Theorie”. In: _____. *Studien zum Deuteronomium und zur deuteronomistischen Literatur* III. SBAB 20. Stuttgart: Verlag Katholisches Bibelwerk, 1995, p. 219-260, p. 233. KRAMER, 2006, p. 61-66.

quema tem, para ele, quatro passos. Estes não aparecem, com a mesma intensidade, em todas as leis de centralização. Mas, há nelas verbos ou frases verbais que descrevem uma série repetitiva de ações subjacentes a elas.

a) O primeiro passo do esquema de romaria consiste, para N. Lohfink, na preparação da peregrinação em casa, no local da moradia dos romeiros. Este elemento aparece bem destacado na lei de centralização das primícias em Dt 26,1-11. O agricultor israelita recolhe as primícias da terra e as coloca num cesto. E assim elas são levadas para o templo de Jerusalém. Este elemento, além disso, também se encontra enfatizado na lei das causas difíceis que, segundo Dt 17,8-13, devem ser julgadas pelos sacerdotes levitas nas cidades do interior do Reino de Judá. Como estas, no entanto, ultrapassam a competência deles, devem ser apresentadas aos sacerdotes levitas e ao juiz que estiverem atuando no templo de Jerusalém nesses dias.

b) O segundo passo do esquema de romaria é a viagem de casa rumo ao santuário central. Dependendo da respectiva lei de centralização, o casal agricultor deve estar atento às pessoas que ele deve convidar, no seu povoado ou na cidade, e que vão com ele para Jerusalém, a fim de aí participar das festas ou comemorações. Elas podem ser escravos, levitas, estrangeiros, órfãos e viúvas. O motivo desse passo não ser tão enfatizado nas leis de centralização pode-se talvez atribuir ao fato do cansaço e do sofrimento que a viagem para Jerusalém podia acarretar. E, além disso, não se pode descartar oposição, aberta ou velada, à lei da centralização. Ninguém duvida que seria muito mais fácil e simples realizar celebrações, festas, comemorações e sacrifícios nos santuários locais ou regionais, tão antigos e tão queridos.

c) O terceiro passo do esquema de romaria é a ação propriamente dita no templo de Javé. Dependendo das leis de centralização, algumas vão destacar mais certas ações e outras, procedimentos diversos. Basta apenas pensar nas diferentes celebrações e nos vários tipos de sacrifícios. Quanta variedade de ação cultural no templo! Mas, apesar de tanta diversidade litúrgica, por causa dos seus conteúdos específicos, quase todas as ações culturais no templo culminam com a refeição comunitária e/ou com o convite à alegria pelos mais variados grupos de participantes. A alegria é, sem dúvida, o ponto alto da liturgia realizada no templo de Jerusalém, na presença de Javé. Que compreensão criativa e libertadora de culto dos liturgistas deuteronômicos!

d) O quarto passo do esquema de romaria é o retorno para casa, isto é, onde os presidentes e os participantes do culto residem. Ele, nas leis de centralização, não é muito enfatizado. No entanto, deve ser sempre suposto, onde há exortações e parêneses, pois estas apontam para a vida em casa em família, após a liturgia vivida no santuário central, como por exemplo em Dt 12,28; 15,21-23; 16,12.15; 17,13; 31,12-13.

2.2 O NOVO NA LITURGIA DEUTERONÔMICA: UM MEIO PARA ACABAR COM EMPOBRECIDOS E EXCLUÍDOS

Ao analisar as comemorações, as festas e os sacrifícios do calendário litúrgico deuteronômico, percebe-se logo que suas realizações têm sempre em vista criar fraternidade/irmandade, solidariedade e partilha, sinais de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos.

2.2.1 O NOVO NAS COMEMORAÇÕES DA PÁScoa E DOS PÃES ÁZIMOS

Segundo o calendário litúrgico deuteronômico, as celebrações da Páscoa e dos Pães Ázimos foram juntadas numa só comemoração. A integração aconteceu devido a seu conteúdo muito próximo e à ligação delas com a libertação da opressão do Egito.

Sobre a Páscoa, o texto afirma: *Foi numa noite de lua nova de abib que Iahweh teu Deus te fez sair do Egito* (Dt 16,1). E a respeito da celebração dos Pães Ázimos prescreve-se: *Durante sete dias comerás com ela (Páscoa) Ázimos – um pão de miséria – pois saíste da terra do Egito às pressas, para que te lembres do dia em que saíste da terra do Egito, todos os dias da tua vida* (Dt 16,3).

A hora do início da celebração da Páscoa e dos Pães Ázimos é indicada no texto pela alusão *à tarde, ao pôr do sol* (Dt 16,6). Ela se estende durante toda a noite. Da carne cozida (Dt 16,7) dos bois e das ovelhas (Dt 16,2) nada deverá restar para a manhã seguinte (Dt 16,4). Com a carne sacrificada não se deve comer pão fermentado, mas só pão ázimo (Dt 16,3). A celebração da Páscoa dura um dia, ela inicia à tarde, prolonga-se noite adentro, estende-se até a manhã do dia seguinte. Após sua comemoração volta-se para as localidades onde se mora.

A celebração dos Pães Ázimos, no entanto, se estende durante sete dias. Ela inicia na mesma noite em que se comem a carne cozida da Páscoa e o pão sem fermento, no santuário central em Jerusalém. Ao voltar para as residências, continua-se a comer pão ázimo, durante sete dias, nos povoados e nas cidades do Reino de Judá. Os ritos dessas duas celebrações, integradas numa só comemoração da libertação da opressão do Egito, são muito concretos. Cada israelita, que delas participa, sente no seu próprio corpo a carne cozida, certamente muito gostosa, dos animais que foram sacrificados e é fortemente afetado pelo consumo apenas de pão sem fermento durante sete dias, nas localidades onde se vive.

A presidência e os participantes da celebração da Páscoa e dos Pães Ázimos o texto atribui ao “tu”. E esse “tu” alude a todo o povo de Israel que, de uma ou de outra forma, preside à celebração da Páscoa e dos Pães Ázimos e dela participa. Certamente, ao pai e à mãe de família cabia uma responsabilidade especial.

Porque são eles que vão escolher os animais que serão sacrificados no templo em Jerusalém. Após sua imolação, a carne dos animais era cozinhada. E assim se preparava a ceia pascal comunitária e se tomava parte dela. Ao amanhecer, volta-se para casa, onde todos, homens e mulheres, grandes e pequenos, passam sete dias, comendo pão sem fermento. Que bela experiência de fraternidade/irmandade essas duas comemorações promovem! Que consciência crítica elas criam e que espiritualidade profética e mística libertadora elas alimentam nas pessoas! Será que a celebração da Páscoa cristã cria, nos seus presidentes e seus participantes, a resistência a todo e qualquer tipo de opressão e alimenta a luta pela libertação das pessoas por mais vida?

Os outros textos na Bíblia que falam da Páscoa e dos Pães Ázimos descrevem-nas como celebrações com conteúdos diferentes. Elas são comemoradas em dias distintos e em locais espalhados pelo território israelita, cujos participantes são também diversificados. Isto revela que essas duas comemorações receberam na história do povo de Israel enfoques diferentes.

2.2.2 O NOVO NAS FESTAS DAS SEMANAS E DAS TENDAS

A festa das Semanas e das Tendias (Dt 16,9-15)⁹ celebram o resultado das colheitas do agricultor israelita, durante o ano. Através delas, ele proclama o Deus Javé, como a fonte da bênção e da libertação, porque ele é a causa última da fecundidade das pessoas e dos animais e da fertilidade da terra. Na festa das Semanas, ele rende graças a Deus pela colheita dos cereais, no verão; na das Tendias, ele agradece pelos produtos vindos da eira e do lagar, no outono. Elas prescrevem não uma data fixa, mas apenas uma data relativa, respeitando as condições climáticas e regionais do espaço geográfico israelita. Em vista disso, elas são celebradas no templo de Jerusalém durante o tempo da colheita, em forma de rodízio.

A festa das Semanas é celebrada durante um dia, no quinquagésimo dia, após as sete semanas seguintes ao início da colheita das espigas (Dt 16,9). A festa das Tendias, por outro lado, é comemorada durante sete dias, após o recolhimento do produto da eira e do lagar (Dt 16,13). As duas festas não contêm um rito especificando como devem ser celebradas no santuário central. A característica básica das duas festas é a alegria diante de Javé durante as refeições comunitárias (Dt 16,11.14-15).

A novidade na comemoração destas duas festas consiste no fato de que, em parte alguma, se afirma que toda essa abundância em produtos das colheitas deve

9. KRAMER, 2006, p. 48-50.

ser entregue a alguém ou a alguma instituição ou até queimada em honra de Javé. Mas, então, quem vai consumir tudo isso? A resposta é simples: todo o povo de Israel, os ofertantes do resultado das colheitas e os participantes das ações litúrgicas. Isto é, o agricultor livre e proprietário de terra com sua esposa, seus filhos e suas filhas, seus escravos e suas escravas, os sem-terra, os socialmente fracos e os legalmente dependentes, como o levita, o estrangeiro, o órfão e a viúva (Dt 16,11.14). Essas refeições comunitárias, festivas e alegres diante de Javé são a realização real e simbólica da fraternidade/irmandade de todo o povo de Israel. Nenhuma pessoa e nenhuma classe social da sociedade israelita são excluídas e discriminadas, porque a participação de todos nessas refeições comunitárias diante de Javé é um direito ancorado na legislação litúrgica deuteronomica.

Este pano de fundo ajuda a entender melhor por que a característica fundamental dessas duas festas é a alegria. E, de fato, a alegria apenas torna-se completa quando, nas refeições comunitárias diante de Javé, não houver mais excluídos, marginalizados e oprimidos. Celebrar e presidir festas, deste modo, é uma grande novidade e uma experiência de fraternidade/irmandade única no mundo. Isto foi criado pelos liturgistas deuteronomicos quando eles centralizaram as festas no templo de Jerusalém.

2.2.3 O NOVO NA LITURGIA DA OFERENDA DOS SACRIFÍCIOS

Em Dt 12,13-28, o redator deuteronomico elenca seis tipos diferentes de sacrificios: holocaustos, dízimo do trigo, vinho e óleo, primogênitos das vacas e das ovelhas, sacrificios votivos, sacrificios espontâneos e dons das mãos. A lista de sacrificios é completada pela oferenda das primícias em Dt 26,1-11. Todos estes sete sacrificios devem ser oferecidos a Javé no templo de Jerusalém. Também eles foram centralizados no santuário comum de todos os israelitas. Esses dois textos, Dt 12,13-28 e Dt 26,1-11, recebem um destaque especial pelo legislador deuteronomico porque eles formam a moldura em torno das leis complementares ético-econômicas em Dt 13-25. É um consenso quase total que a perícopes Dt 12,13-28 é a mais antiga de Dt 12 e que sua formulação seja pré-exílica.

As leis referentes ao dízimo e as que se relacionam com os primogênitos machos das vacas e das ovelhas recebem uma legislação própria e detalhada em Dt 14,22-27 e em Dt 15,19-23. A lei da centralização do dízimo anual do trigo, do vinho e do óleo, prescrita em Dt 12,17 e regulamentada em Dt 14,22-27, poderia ter sido abolida, pois era principalmente empregada para sustentar os santuários locais e regionais e o pessoal do culto. Mas, não foi. Porque o legislador deuteronomico transformou a entrega do dízimo anual num meio de promoção da partilha e da solidariedade entre as pessoas socialmente fracas e legalmente

dependentes. Assim, na sociedade israelita não deveria mais haver empobrecidos e excluídos. E, além disso, ela deveria se tornar uma sociedade nova e alternativa em relação às demais sociedades.

A lei da centralização dos primogênitos machos, prescrita em Dt 12,17 e Dt 14,23 e regulamentada em Dt 15,19-23, ordena que eles também não devem ser entregues, no santuário central, a alguém e a uma instituição, mas apenas consagrados a Javé. Como, porém, este Deus não quer que o primogênito seja queimado em sua honra, como as vítimas nos holocaustos (Dt 12,13.27), ele devolve o animal ao agricultor para que seja consumido numa refeição comunitária e familiar diante dele (Dt 15,20). Portanto, também a lei da oferenda dos primogênitos é transformada pelo redator deuteronômico para favorecer a partilha e a solidariedade entre os empobrecidos e excluídos. Esta novidade litúrgica, criada através da oferenda dos sacrifícios, tonou-se mais uma marca registrada da sociedade Israelita na segunda parte do século VII aC.

Esses sete tipos de sacrifícios, no entanto, contêm diferenças e semelhanças em relação às duas celebrações da Páscoa e dos Pães Ázimos, em Dt 16,1-8 e em relação às duas festas, a das Semanas e a das Tendias, em Dt 16,9-15. A diferença maior entre essas várias ações culturais se encontra no fato de que as celebrações e as festas são comemoradas uma vez por ano: *Três vezes por ano todo varão deverá comparecer diante de Iahweh teu Deus, no lugar que ele houver escolhido: na festa dos Ázimos, na festa das Semanas e na festa das Tendias* (Dt 16,16), enquanto que os vários tipos de sacrifícios conduzem o povo de Israel, diversas vezes ao ano, para o templo de Jerusalém.

E a semelhança maior entre as duas celebrações, as duas festas e os sete tipos de sacrifícios são as refeições comunitárias diante de Javé, das quais participam pessoas empobrecidas, dependentes e sem-terra, como o servo e a serva e o levita (Dt 12,18). Se, no entanto, o estrangeiro, o órfão e a viúva não são mencionados nos textos que elencam os sacrifícios, isso não significa que eles são intencionalmente excluídos. Até pelo contrário. Porque, presumivelmente, por ocasião da festa das Tendias, que era celebrada durante sete dias, acontecia a entrega dos dízimos anuais, dos primogênitos machos e das primícias. E dessa festa participam, com pleno direito, o estrangeiro, o órfão e a viúva (Dt 16,14).

Outra semelhança, no mesmo nível, transparece tanto nas duas festas, a das Semanas e a das Tendias, como na oferenda dos sete sacrifícios que é a alegria: *E te alegrarás diante de Iahweh teu Deus de todo o empreendimento da tua mão* (Dt 12,18). As refeições comunitárias diante de Javé e a alegria dos israelitas na oferenda dos sacrifícios transformam essas ações litúrgicas em festa. Aliás, festa sem alegria não é festa! Esta alegria na oferenda dos sacrifícios e na celebração das festas, no entanto, só é completa quando todos os israelitas participam das

refeições comunitárias diante de Javé. Assim não há mais empobrecidos e excluídos, marginalizados e oprimidos na sociedade israelita.

Esta novidade, os liturgistas deuteronomícos criaram quando eles centralizaram as duas festas e a oferenda de todos os sacrifícios no templo de Jerusalém. Para eles, portanto, a abundância das colheitas e a oferenda dos animais não são mais um meio para enriquecer alguns e empobrecer outros, gerando assim um abismo intransponível e crescente entre as pessoas e as classes sociais, mas, pelo contrário, são um instrumento de união e de crescente comunhão entre as pessoas e as classes sociais. Isto se torna visível, palpável e real nas refeições comunitárias de todos os israelitas diante de Javé no templo de Jerusalém.

2.2.4 O NOVO NA PRESIDÊNCIA DA LITURGIA DEUTERONÔMICA

a) Primeiramente e antes de tudo, deve-se destacar que, segundo os liturgistas deuteronomícos, a presidência da oferenda de sacrifícios, de todas as festas e de todas as celebrações no templo de Jerusalém é função e tarefa não de sacerdotes, mas sim do povo israelita. Isso pode ser demonstrado, com toda a clareza, na lei que regulamenta a remuneração dos sacerdotes em Dt 18,3. Nesta passagem se fala explicitamente sobre os direitos dos sacerdotes sobre o povo e especialmente sobre os ofertantes de sacrifícios. Esta passagem não diz nada a respeito da presidência dos sacerdotes na oferenda de sacrifícios, mas fala das partes de carne das vítimas que são carneadas pelo povo e oferecidas em sacrifício por ele. A entrega da espádua, das queixadas e do estômago para os sacerdotes é remuneração não pelo trabalho deles na presidência da liturgia, mas por outras funções e tarefas que eles exercem no templo de Jerusalém, como a orientação do povo como teólogos, catequistas e professores de religião e a interpretação da Palavra de Deus para sua vida no dia a dia.

Há, no entanto, duas exceções segundo as quais sacerdotes e levitas desempenham funções no culto. Em Dt 26,3-4, o sacerdote recebe do agricultor o cesto das primícias e o coloca sobre o altar. E em Dt 33,10 diz-se que os levitas oferecem holocaustos sobre o altar. O sacrifício de holocaustos não tem muita importância no Deuteronomio. E, além disso, estes dois textos são uma adição posterior da época pós-exílica. Os v. 3-4 em Dt 26 rompem claramente a unidade literária.

A presidência de toda a liturgia no templo de Jerusalém é, portanto, função e tarefa do povo israelita e não dos sacerdotes. Se, em vista disso, compete ao povo oferecer sacrifícios, então, as mulheres também podem exercer essa função. Porque em Dt 29,9-10 as mulheres e os homens estão subentendidos no pronome “vós” e, além disso, elas são expressamente mencionadas, ao lado das crianças e dos homens, como sujeitos legais na realização da aliança em Moab, através da

qual Israel é constituído povo de Javé (Dt 29,9-14). Além disso, em Dt 31,10-13, as mulheres são explicitamente mencionadas quando o povo de Israel, na sua igualdade original, reúne-se para celebrar a festa das Tendões do sétimo ano, na qual se rememoriza a Torá deuteronômica que, durante os sete dias de festa, é solene e publicamente proclamada. A ordem em Dt 31,12 é muito clara: *Reúna o povo, os homens e as mulheres, as crianças e o estrangeiro que está em tuas cidades, para que ouçam e aprendam a temer a Iahweh vosso Deus, e cuidem de pôr em prática todas as palavras desta Lei* (cf. Js 8,35). Se até o estrangeiro deve ser ouvinte da lei deuteronômica para, depois, se tornar um praticante, quanto mais a mulher israelita!

b) Se no pronome “vós” ou “tu” deve-se subentender o varão e a mulher israelitas, então é importante perceber que tanto o varão e/ou a mulher podem presidir no templo de Jerusalém:

Dt 12,14: *Oferecerás os teus holocaustos e praticarás tudo o que eu (Moisés) te ordeno.*

Dt 12,27: *Farás holocaustos – a carne e o sangue – sobre o altar de Iahweh teu Deus; o sangue dos teus sacrifícios será derramado sobre o altar de Iahweh teu Deus.*

Dt 14,22: *Porás à mesa o dízimo de todo o produto de tua sementeira.*

Dt 15,19: *Todo o primogênito macho que nascer de tuas vacas ou ovelhas, tu o consagrarás a Iahweh teu Deus.*

Dt 16,10: *Darás a oferta espontânea.*

Dt 16,15: *Festejarás para Iahweh sete dias.*

Dt 26,5.13: *Dirás diante de Iahweh.*

Dt 26,10: *Depositadas o cesto com elas diante de Iahweh e te prostrarás diante de Iahweh.*

Sintetizando, pode-se afirmar que a competência da presidência de toda a liturgia, na oferta de sacrifícios, nas festas e nas celebrações, é função e tarefa do povo israelita, concretamente, do agricultor e da agricultora. Porque tanto ele como ela estão incluídos no pronome “tu” ou “vós”, a quem a legislação deuteronômica litúrgica se dirige. E, além disso, todas as formas verbais finitas no masculino referentes às leis sobre os sacrifícios e as festas se relacionam tanto ao homem como à mulher. Em vista disso, se o agricultor e pai de família, por um ou outro motivo – como em caso de doença ou estando na guerra ou sendo prisioneiro –, devia ficar em casa ou estava impossibilitado de ir ao templo de Jerusalém, então sua esposa puxava o “cordão” dos romeiros e era ela quem presidia a oferta de todos os sacrifícios, de todas as celebrações e de todas as festas no santuário central dos israelitas. Segundo a legislação deuteronômica, portanto, a mãe

e o pai de família têm os mesmos direitos para presidir todo o culto no templo de Jerusalém¹⁰. Que originalidade e criatividade dos liturgistas deuteronômicos! Nas leis litúrgicas e ético-sociais no Deuteronômio não há marginalização e discriminação e empobrecidos e excluídos na sociedade israelita.

CONCLUSÃO

O estudo do tema sobre a novidade da liturgia deuteronômica possibilita tirar algumas conclusões. Como se pode constatar nas reflexões acima, circunstâncias históricas bem precisas levaram as autoridades israelitas a centralizar todo o calendário litúrgico no templo de Jerusalém. Ao realizar isto, os liturgistas deuteronômicos foram muito criativos. Porque a oferenda de sacrifícios, a celebração de festas e de comemorações no templo de Jerusalém só teria sentido, para eles, se todo o culto promovesse e favorecesse a fraternidade/irmandade do povo de Israel no santuário de Javé em Jerusalém. Eles a criaram, de modo magistral, através das refeições comunitárias de todos os israelitas diante de Javé no templo de Jerusalém. Em vista disso, prescreveram que o consumo da carne e dos produtos colhidos do solo e levados para o templo de Jerusalém deveria ser um meio para acabar com a realidade de empobrecidos e excluídos e um instrumento que promovesse a solidariedade e a partilha, especialmente para com as classes sociais legalmente dependentes e economicamente fracas, como o levita, o estrangeiro, o órfão e a viúva. Neste contexto deve ser dito que, ao lado dessas leis litúrgicas, os legisladores deuteronômicos criaram também um conjunto de leis socioeconômicas que igualmente visavam erradicar da sociedade israelita a exclusão e a marginalização, tornando-a uma sociedade nova, alternativa e igualitária. Esse estudo também já foi feito e publicado¹¹.

BIBLIOGRAFIA

BRAULIK, Georg. “Das Buch Deuteronomium”. Em: Erich Zenger et al. *Einleitung in das Alte Testament*. 8. ed. Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer. 2012, p. 163-188.

BRAULIK, Georg. “Die Liebe zwischen Gott und Israel. Zur theologischen Mitte des Buches Deuteronomium”. *IKaZ* 41, 2012, p. 549-564.

BRAULIK, Georg. *Deuteronomium 1-16,17*. Wuerzburg: Echter Verlag. 1986.

BRAULIK, Georg. *Deuteronomium II, 16,18-34,12*. Wuerzburg: Echter Verlag. 1992.

10. KRAMER, Pedro. “A presidência da liturgia é responsabilidade dos sacerdotes ou dos leigos? Pode a mulher também exercê-la?”. Em: *Teologia Feminista*. Tecendo fios de ternura e resistência. Lucia Weiler; Raquel Pena Pinto; Sandra Maira Pires (Orgs.). Porto Alegre: ESTEF, 2008, p. 80-91.

11. KRAMER, Pedro. “Estrangeiro, órfão e viúva na legislação deuteronômica. Programa de uma sociedade igualitária de solidariedade e de partilha. *REMHU* 35, Jul./Dez. 2010, p. 247-264.

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. V. II. Petrópolis: Vozes/São Leopoldo: Sinodal, 1997.

LOHFINK, Norbert. “Opferzentralisation, Saekularisierungstheese und mimetische Theorie”. Em: IDEM. *Studein zum Deuteronomium und zur deuteronomistischen Literatur III*. SBAB 20. Stuttgart: Verlag Katholisches Bibelwerk, 1995, p. 219-260.

KRAMER, Pedro. *Origem e Legislação do Deuteronômio*. Programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos. São Paulo: Paulinas. 2006.

KRAMER, Pedro. “‘Céu como bronze e terra como ferro’ (Dt 28,23). Ecologia no Livro do Deuteronômio”. *Estudos Bíblicos* 118, Abr./Jun. 2013, p. 183-194.

KRAMER, Pedro. “A presidência da liturgia é responsabilidade dos sacerdotes ou dos leigos? Pode a mulher também exercê-la?” Em: *Teologia Feminista*. Tecendo fios de ternura e resistência. Lucia Weiler/Raquel Pena Pinto/Sandra Maira Pires (Orgs.). Porto Alegre: ESTEF, 2008.

KRAMER, Pedro. “Estrangeiro, órfão e viúva na legislação deuteronômica. Programa de uma sociedade igualitária, de solidariedade e de partilha”. *REMHU* 35, Jul./Dez. 2010, p. 247-264.

Pedro Kramer

Rua Carlos Pessoa de Brum, 195 / apto. 304

Bairro Santo Antônio

90640-140 Porto Alegre, RS

kramer_pedro@yahoo.com